

politica@grupotarde.com.br

POLÍTICA

DOSSIÊS Deputado Ivan Valente aciona PGR com representação contra ministro

www.atarde.com.br/politica

REAÇÃO Segundo a Casa, as buscas realizadas interferem no "pleno exercício do mandato parlamentar"

Câmara recorre ao STF para anular buscas em gabinetes

ANDRÉ RICHTER Agência Brasil, Brasília

A Câmara dos Deputados entrou com duas ações no Supremo Tribunal Federal (STF) para anular buscas e apreensões feitas pela Polícia Federal (PF) nos gabinetes da deputada federal Rejane Dias (PT-PI) e do deputado federal Paulinho da Força (SD-SP). Os parlamentares são investigados pela Justiça em diferentes processos. As petições foram protocoladas segunda-feira à noite.

Nas ações, a mesa diretora pede a anulação das buscas autorizadas pela primeira instância da Justiça por entender que somente o STF pode autorizar as medidas. Segundo a Casa, as buscas interferem no "pleno exercício do mandato parlamentar".

A polêmica ocorre porque não está claro se a primeira instância do Judiciário pode determinar buscas nas dependências do Congresso. A dúvida ocorreu após a decisão do Supremo que restringiu o foro privilegiado de deputados e senadores aos crimes cometidos durante o mandato.

Nas buscas envolvendo a deputada, a Justiça Federal do Piauí pediu autorização à ministra Rosa Weber para determinar as buscas, mas a magistrada devolveu o pedido para que o juiz local decidisse conforme sua convicção. No caso de Paulinho de Força, a busca foi autorizada diretamente pela Justiça Eleitoral de São Paulo.

Anteontem o gabinete da deputada Rejane Dias foi alvo de buscas pelos agentes da PF em uma investigação sobre supostos desvios no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), que teriam ocorrido quando a deputada era secretária de Educação.



Wilson Dias / Agência Brasil

Tese defende que só Supremo poderia autorizar as medidas

Petições da Câmara foram protocoladas segunda-feira

Após a operação, Rejane Dias disse que recebeu com tranquilidade os desdobramentos da operação. Em nota, acrescentou que, "desde o início, permanece à disposição para esclarecimentos a todas essas alegações", e que, durante seu exercício à frente da Secretaria de Educação, "sempre se portou em observância às leis, tendo em vista a melhoria dos índices educacionais e a ampliação do acesso à educação dos piauienses".

No dia 14 de julho, o gabinete do deputado Paulinho da Força também foi alvo de buscas. O parlamentar é investigado pelo suposto cometimento de crimes eleitorais. Segundo as investigações, existem indícios de que o deputado recebeu R\$ 1,7 milhão em doações eleitorais não contabilizadas em 2010 e 2012. As acusações foram feitas por ex-executivos do grupo J&F em acordo de

colaboração premiada. Em nota divulgada após as buscas, Paulinho disse que "desconhece os fatos apurados" e que soube das investigações "pela imprensa". "Caso os mandados digam de fato respeito a alegado caixa dois dos anos de 2010 e 2012, a partir da delação do IBS, compare notícias veiculadas, o deputado lamenta o ocorrido na data de hoje tendo em vista que já são passados 10 anos desde os fatos apontados, sendo que suas contas das eleições de 2010 e 2012 foram aprovadas regularmente pela Justiça Eleitoral".

RECURSO NEGADO

Prefeito de Sítio do Mato é cassado

DA REDAÇÃO

O prefeito da cidade de Sítio do Mato, Alfredo de Oliveira Magalhães Júnior, teve o mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA). A decisão, tomada segunda-feira, negou o recurso do agora ex-prefeito e manteve a cassação do mandato. O registro da chapa referente às eleições de 2016 foi indeferido.

O gestor municipal já tinha renunciado ao cargo, no final de 2019, tendo assu-

midado o cargo a vice-prefeita esposa do agora ex-gestor, Sofia Márcia Nunes Gonçalves. Como a chapa da coligação majoritária é indivisível, toda a chapa é atingida pela decisão do indeferimento de Alfredo Júnior. O TRE-BA determinou a realização de novas eleições, assumindo, até o novo pleito, a presidente da Câmara de Vereadores, Maria Marta.

O gestor municipal já havia renunciado ao cargo no final de 2019, tendo assu-

midado o cargo a vice-prefeita esposa do agora ex-gestor, Sofia Márcia Nunes Gonçalves. Como a chapa da coligação majoritária é indivisível, toda a chapa é atingida pela decisão do indeferimento de Alfredo Júnior. O TRE-BA determinou a realização de novas eleições, assumindo, até o novo pleito, a presidente da Câmara de Vereadores, Maria Marta.

midado o cargo a vice-prefeita esposa do agora ex-gestor, Sofia Márcia Nunes Gonçalves. Como a chapa da coligação majoritária é indivisível, toda a chapa é atingida pela decisão do indeferimento de Alfredo Júnior. O TRE-BA determinou a realização de novas eleições, assumindo, até o novo pleito, a presidente da Câmara de Vereadores, Maria Marta.

ELEIÇÃO

Especialista defende pesquisa via telefone



DA REDAÇÃO

Com a pandemia do novo coronavírus e a aproximação das eleições municipais, a pesquisa de campo, de forma presencial, se torna mais complicada e deve perder força. De acordo com o diretor da Potencial Pesquisa & Informação, Zeca Martins, durante entrevista ontem para o Isso é Bahia, na rádio A TARDE FM, a consulta telefônica tem sido a opção principal e mais segura.

quias através de ligações. "A pesquisa telefônica já é realizada há algum tempo por grandes empresas nacionais e internacionais. Hoje, segundo o IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], 98% dos domicílios brasileiros têm pelo menos uma pessoa com linha de celular e isso ajuda bastante", enfatizou. Além disso, o especialista também destaca que toda modalidade de pesquisa de opinião tem vantagens e limitações, e que é importante, para a empresa que realiza, saber quais são estas limitações para uma interpretação mais assertiva dos resultados.

O diretor da Potencial Pesquisa & Informação também citou as eleições estaduais de 2006 como exemplo efetivo desta modalidade de coleta de dados. Segundo Zeca Martins, a maioria das pesquisas de opinião de 2006 apontava Paulo Souto como vencedor em primeiro turno para o governo do estado. "Nos fomos os responsáveis pelo único estudo que apontou Jacques Wagner vencendo no primeiro turno e este trabalho foi feito todo por entrevista telefônica", contou.

TP TRANSMISSORA PARAÍSO DE ENERGIA S.A. CNPJ nº 26.798.399/0001-45 Licença de Operação Nº 13.683.172/0001-02

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO ALVES CNPJ nº 13.683.172/0001-02 AVISO DE LICITAÇÃO - PP 031/2020

FIEB PUBLICAÇÃO DE EDITAIS CONCORRÊNCIA N.º 30847284.2020.CPL.SFIEB.PP001.SESFS

FIEB PUBLICAÇÃO DE EDITAIS PREGÃO ELETRÔNICO N.º 30847305.2020.CPL.SFIEB.PP.0080.FIEB

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA PÁTRIA AMADA BRASIL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2020 - SR/PP/ISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA CNPJ nº 13.683.172/0001-02 EXTRATO DO CONTRATO 1699/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS CNPJ nº 13.683.172/0001-02 AVISO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP Nº 008/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA AVISO DE PROSEGUIMENTO DE LICITAÇÃO E CONVOCAÇÃO DOS INTERESSADOS. PREGÃO PRESENCIAL Nº 913/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2020 - RP Data de abertura 05/08/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 035-2020, P. 309-321/2020

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SAEB AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE CNPJ Nº 13.683.172/0001-01 PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2020

FIEB PUBLICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 30847432.2020.CPL.SFIEB.PE.0081.FIEB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAS D'ÁVILA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº 028/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITORORÓ CNPJ Nº 13.762.993/0001-98 AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2020